

MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DA PESQUISA EMPÍRICA EM DEMOCRACIA DIGITAL NO BRASIL¹

MAPPING AND DIAGNOSIS OF EMPIRICAL RESEARCH ON DIGITAL DEMOCRACY IN BRAZIL

Sivaldo Pereira da Silva*

Rafael Cardoso Sampaio**

Igor Ferraz da Fonseca***

João Cláudio Basso Pompeu****

RESUMO:

Este artigo faz um mapeamento da pesquisa empírica sobre Democracia Digital publicada em periódicos brasileiros, buscando identificar características, padrões e tendências desse campo interdisciplinar. O estudo analisou 240 artigos científicos publicados entre 2002 e 2018, rastreados por meio de quatro indexadores (SciELO, DOAJ, SPELL e Google Acadêmico). Foi aplicado um conjunto de indicadores bibliométricos, fazendo uso também de um método quanti-qualitativo a partir de técnicas de análise de conteúdo. Dentre as principais conclusões, demonstrou-se predominância do gênero masculino entre os primeiros autores dos artigos, embora haja variações a depender da área de atuação do(a) pesquisador(a). Não obstante a evolução do campo e o caráter digital dos objetos, há pouco uso de *softwares* e instrumentos de extração

* Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Coordenador do Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPol). E-mail: sivaldop@gmail.com

** Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UFPR). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFPR). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: cardososampaio@gmail.com

*** Pesquisador titular do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutor em Democracia (Ciência Política) pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES/UC). Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e graduado em Sociologia pela UnB. E-mail: igor.fonseca@ipea.gov.br

**** Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e especializado em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). E-mail: joao.pompeu@ipea.gov.br

automatizada de dados. Participação política, transparência e deliberação são os três temas mais abordados. *Websites* e mídias sociais são os objetos tecnológicos mais estudados. Em termos metodológicos, a análise de conteúdo prepondera de maneira significativa nos artigos, denotando que há um déficit tanto em relação à variação de técnicas utilizadas quanto a respeito da sofisticação metodológica, notadamente no que se refere à análise de dados.

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia digital, bibliometria, governo digital.

ABSTRACT:

This study mapped a set of empirical research on Digital Democracy, published in Brazilian journals, to identify the characteristics, patterns, and trends of this interdisciplinary field. This research analyzed 240 scientific articles published between 2002 and 2018 and retrieved from four platforms (SciELO, DOAJ, SPELL, and Google Scholar). A set of bibliometric indicators was applied via a quantitative-qualitative method based on content analysis. Among our main conclusions, we show the predominance of male first authors, although we found lesser gender inequalities than expected in this research area. Despite the evolution of this field of studies and the digital character of its research objects, we found no frequent use of automated data collection instruments. Political participation, transparency, and deliberation are the three most discussed topics. Websites and social media are the most studied technological objects. In methodological terms, content analysis significantly predominates in these articles, which indicates its low variety of analysis techniques and weak methodological sophistication.

KEYWORDS:

Digital democracy, bibliometrics, digital government.

INTRODUÇÃO

A crescente presença de artefatos de comunicação digital na vida cotidiana está vinculada ao surgimento de novos fenômenos sociais que influenciam os sistemas políticos. Nas últimas décadas, as democracias contemporâneas se viram permeadas pelas tecnologias digitais, o que levou estudiosos de diversas áreas a investigarem como isso se relaciona com práticas, atores, processos e instituições. Nesse contexto, um campo de estudo interdisciplinar vem se consolidando sob o rótulo geral de Democracia Digital (DD).

Até o final dos anos de 1990, a pesquisa sobre DD era primordialmente exploratória e ensaística, pois lidava com fenômenos recentes e experimentais (GOMES, 2018). Com o passar dos anos, o volume de experiências cresceu, o campo amadureceu e a necessidade de mais estudos empíricos ficou evidente. Atualmente, os estudos lidam com objetos empíricos cada vez mais específicos e, ao mesmo tempo, diversos. Variedade de metodologias e de instrumentos de coleta e análise de dados é condição necessária para dar conta da interface entre o sistema democrático e o mundo digital.

Levando isso em conta, este artigo faz um mapeamento e diagnóstico da pesquisa empírica sobre DD no Brasil. O estudo foi realizado com base na análise de um conjunto representativo de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas brasileiras indexadas em quatro bases (*Scientific Electronic Library Online* - SciELO; *Directory of Open Access Journals* - DOAJ; *Scientific Periodicals Electronic Library* - SPELL; e *Google Acadêmico*), totalizando uma amostra de 240 publicações². O objetivo que norteia este artigo é compreender como tem ocorrido o amadurecimento metodológico das pesquisas empíricas em democracia digital, identificando padrões e tendências a partir de uma série de indicadores bibliométricos aplicados.

Para tanto, o artigo está organizado em cinco partes. Na segunda seção, trataremos de contextualizar o campo da DD, delineando suas características centrais. Na terceira seção, faremos a descrição dos parâmetros metodológicos adotados, explicando o processo de coleta e análise dos dados. Na quarta seção, serão apresentados os resultados do estudo, descrevendo os dados, relacionando variáveis e intercalando discussões e análises. Por fim, a última parte apresenta as considerações finais da pesquisa.

DEMOCRACIA DIGITAL: DO CONCEITO À EMPIRIA

De maneira ampla, o campo de estudos sobre DD lida com a complexa relação entre as tecnologias digitais de comunicação e as práticas democráticas. Mais especificamente, é analisado “o emprego de tecnologias digitais de comunicação com o objetivo de corrigir, incrementar ou incorporar novos procedimentos ao processo político, no sentido de melhor atender a um ou mais princípios da democracia” (ALMADA; CARREIRO; BARROS; GOMES, 2019, p. 163). Ao tratar dessa relação, Silva, Sampaio e Bragatto (2016) afirmam que o campo se estruturou a partir do acoplamento de duas dimensões:

(a) a tradição da concepção de *democracia* e todo o seu debate histórico, normativo e prático enquanto sistema político; (b) as inovações interativas das tecnologias *digitais* e toda sua expansão para a vida cotidiana, aplicada para solucionar problemas comunicativos e informativos modernos (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016, p. 19).

Assim, o conceito apresenta, em primeiro lugar, um teor normativo intrínseco, uma vez que está vinculado à tradição democrática e suas deontologias. A DD é vista como algo que pode melhorar o sistema político-democrático, excluindo do seu âmbito o uso de tecnologias para ações autoritárias ou que suprimam práticas democráticas. Em segundo lugar, a DD tem a preocupação de analisar experiências empíricas que buscam solucionar problemas reais do sistema político por meio de aplicações e projetos, entre outras iniciativas (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016).

Nesse sentido, a DD realiza-se especialmente na articulação entre ferramentas, dispositivos e aplicativos que fomentem o aumento da relevância da sociedade civil, dos direitos, das liberdades, do pluralismo, do reconhecimento das minorias, entre outros (GOMES, 2018). Tais ferramentas não são consideradas um fim em si mesmo, ou seja, não incrementam valores democráticos se não forem empregadas em circunstâncias ou oportunidades que permitam a geração de seus efeitos (COLEMAN; BLUMLER, 2009).

Portanto, a avaliação desses fenômenos, em suas múltiplas faces, é um dos pontos essenciais dos trabalhos empíricos da DD. De forma sintética, essa avaliação se concentra em quatro aspectos principais, complementares e não mutuamente exclusivos: (a) o *design*; (b) o conteúdo; (c) a apropriação; e (d) os processos.

Em relação ao primeiro aspecto, enfatiza-se o *design* técnico das ferramentas digitais levando em conta suas diferentes estruturas, seu modo de funcionamento, seus mecanismos internos e como a ambiência digital influencia as relações entre usuários(as). Usabilidade, funcionalidade, facilidade de uso, arquitetura da informação são abordagens centrais para a análise e a avaliação dos dispositivos (ALMADA; AMORIM; PINHO; SAMPAIO, 2022).

No segundo aspecto, salienta-se a dimensão do conteúdo, que diz respeito às trocas simbólicas intercambiadas por meio dos artefatos e que contempla pesquisas sobre tipos de informação ou dados disponibilizados, documentos, *posts* em redes sociais, fóruns, listas de discussão ou *chats online*, publicação de imagens e narrativas (CHAGAS *et al.*, 2022).

No terceiro aspecto, os estudos empíricos concentram-se nos modos de apropriação social das ferramentas. São feitas análises sobre como os cidadãos(ãs) utilizam os recursos digitais, de que modo isso afeta suas percepções e como as ferramentas impactam as relações políticas entre indivíduos, grupos e instituições (FREITAS; LIMA; LIMA, 2015)

Por fim, o quarto aspecto é destinado aos processos: pesquisas que analisam as condições e processos políticos, o papel do design institucional para seu desenvolvimento ou sustentação, a vontade política para a criação e manutenção de iniciativas, além de questões administrativas, legais, procedimentais e sistêmicas inerentes ao próprio funcionamento do Estado, tais como o papel de autoridades, de funcionários públicos, grupos de pressão, de *lobbies*, entre outros atores(as) (COLEMAN; BLUMLER, 2009).

Esse conjunto de dimensões requer a mobilização de diversos instrumentos e abordagens metodológicas. É na exploração dessas dimensões que se insere este estudo, o qual visa caracterizar as pesquisas empíricas na área publicadas no Brasil nos últimos anos. O diferencial está em contribuir com uma investigação específica e inédita sobre as metodologias e os instrumentos de coleta e análise utilizados nos artigos empíricos.

Abriu-se uma nova fronteira de pesquisas para a área, uma vez que as transformações recentes nas plataformas digitais trouxeram a unificação do suporte tecnológico (GOMES, 2018; SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016), o que tornou as atividades de comunicação social monitoráveis, fortalecendo a capacidade descritiva, preditiva e prescritiva dos estudos sobre democracia digital. Isso requer uma sofisticação metodológica para criar novos instrumentos e mobilizar métodos inovadores de coleta e de processamento de dados, o que demanda uma maior interface entre diferentes *expertises* tais como administração, ciência política, ciência da informação, ciência da computação, comunicação, estatística, entre outras.

Um sinal importante de evolução desse campo é o surgimento, principalmente a partir de 2015, de estudos bibliométricos que buscam caracterizar a produção científica sobre DD no Brasil (CURTINOVI; PARMEGGIANI, 2015; PRZEYBILOVICZ; CUNHA; COELHO, 2015; SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016; SANTOS; ALDÉ; SCHWAMBACH, 2016; VIANNA JUNIOR; ABREU; BATISTA, 2018; PINHO; SAMPAIO; WINKLER; MORAIS, 2019; SILVA, 2021a, 2021b; SAMPAIO *et al.*, 2022). São estudos que, em sua maioria, tratam de pesquisa tanto teórica quanto empírica - com exceção dos artigos de Curtinovi e Parmeggiani (2015) e Silva (2021a), que avaliaram especificamente artigos empíricos. Em alguns casos, as

pesquisas têm foco em áreas de conhecimento específicas, como é o caso do estudo de Pinho, Sampaio, Winkler e Moraes (2019), cujo foco de análise está nos artigos publicados em revistas na área de Administração. Há também análises centradas em subtemas, tal como a pesquisa de Vianna Junior, Abreu e Batista (2018), que analisa publicações sobre participação política *online*. Há também estudos com recortes mais amplos, como é o caso da pesquisa de Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016), que investiga *papers* publicados sobre internet e política, no qual a DD está inserida como um dos principais temas.

Apesar dessas diferenças, podemos extrair algumas características comuns entre os estudos sobre DD no Brasil: (a) geralmente, três áreas de conhecimento aparecem com maior volume de autores(as) vinculados: Comunicação, Ciência Política e Administração; (b) cinco universidades aparecem com frequência dentre aquelas com maior número de autores(as) vinculados³; (c) há uma predominância de análise de conteúdo e pouco uso de ferramentas metodológicas como entrevistas em profundidade, *surveys* ou instrumentos automatizados de coleta (como *softwares* ou algoritmos); e (d) participação política *online* tem se despontado como um dos temas mais frequentes.

Esta pesquisa se diferencia dos estudos bibliométricos precedentes por se concentrar nos trabalhos exclusivamente empíricos publicados nas principais revistas científicas da área a partir de quatro importantes indexadores. Assim, buscou-se dar maior profundidade às características epistemológicas, à tipificação dos objetos de estudo, aos instrumentos de coleta de dados e de análise e à caracterização do perfil dos pesquisadores(as) e das áreas de conhecimento. Na próxima seção, descreveremos a metodologia adotada.

PARÂMETROS METODOLÓGICOS: COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

As publicações que compuseram este estudo foram colhidas em quatro indexadores acadêmicos (SciELO, DOAJ, SPELL e Google Acadêmico), tomando como recorte temporal os artigos publicados de 2002 a 2018. Essas plataformas foram escolhidas pela sua relevância e por serem comuns à maioria das revistas científicas brasileiras, permitindo uma amostra representativa do campo. Para os três primeiros indexadores, a coleta foi manual, mediante o uso de duas palavras-chave relevantes: “democracia digital” e “democracia online” (incluindo a variação “democracia *on-line*”). Para o Google Acadêmico, a coleta foi automatizada através de um *script* em *Python* (*BeautifulSoup*) utilizando *Selenium*, uma ferramenta de teste de sistemas *web*. Ela foi usada para

coletar as páginas dos resultados de busca, especificamente, navegando nos arquivos no formato “.html”. Essa busca foi realizada por meio de múltiplas pesquisas com as principais palavras-chave utilizadas pelo campo⁴.

Após a coleta, os resultados obtidos foram submetidos a um processo manual de limpeza. Foram excluídos os resultados falso-positivos, os artigos repetidos, de cunho especificamente teórico e as publicações em revistas estrangeiras.

Após tal filtro, o *corpus* final foi composto por 240 artigos empíricos. Convém frisar que se trata de uma amostragem robusta e representativa, mas que não deve ser confundida com o universo total dos artigos publicados sobre o tema, uma vez que podem existir revistas não indexadas, ou o próprio sistema de indexação dessas plataformas pode também apresentar eventuais falhas em seus sistemas de busca⁵. Em seguida, foi realizada uma análise qualitativa de cada artigo, a partir do preenchimento de uma planilha com os indicadores apresentados no **Quadro 1**

Quadro 1: Síntese dos principais aspectos e indicadores utilizados para análise⁶

Indicador/variável	Descrição
Nome do periódico	Identificação nominal do periódico no qual o artigo foi publicado para verificar se há concentração em determinados veículos científicos.
Ano de publicação	Identificação do ano da publicação do artigo para traçar linha do tempo e contextualizar temporalmente as publicações.
Palavras-chave	Transcrição de palavras-chaves utilizadas para análise lexical.
Texto do resumo	Transcrição de resumos para análise lexical.
Quantidade de autores	Quantificação do número de autores(as) por artigo, para dimensionar obras individuais e obras com coautoria.
Primeiro(a) autor(a)	Identificação do(a) primeiro(a) autor(a).
Gênero do(a) primeiro(a) autor(a)	Identificação do gênero do(a) primeiro(a) autor(a) para dimensionar eventuais disparidades de gênero.
Instituição do(a) primeiro(a) autor(a)	Identificação da universidade, centro de pesquisa ou instituição principal de vinculação do(a) autor(a).
Área de vínculo do(a) primeiro(a) autor(a)	Identificação da área de conhecimento na qual o(a) autor(a) está vinculado(a) para averiguar a ocorrência de pesquisas oriundas de determinados segmentos acadêmicos.
Parceria institucional	Identificação se o artigo possui dois(duas) ou mais autores(as) de diferentes instituições (universidade, centro de pesquisa etc.).
Pesquisa interdisciplinar	Identificação se o artigo possui dois(duas) ou mais autores(as) de diferentes campos de atuação, para averiguar se os trabalhos são fruto de parcerias e colaborações entre áreas.

Indicador/variável	Descrição
Objeto tecnológico	Caracterização do tipo de objeto que a pesquisa está concentrada. Objetos diversos ou não tecnológicos; dados abertos; dispositivos ou aplicativos móveis; fórum ou chats; mensageiros (aplicativos de mensagens instantânea, como Telegram, Signal, WhatsApp); <i>websites</i> (oficiais, publicados na WWW); textos, documentos ou pesquisas (quando o objeto é discurso publicado, atas, documentos oficiais, leis etc.).
Tipo de mídia social	Especificação nominal de mídia social (nos casos de ocorrência de mídia social como objeto tecnológico).
Objeto político	Caracterização do tipo de objeto analisado no artigo. Campanhas eleitorais; esfera civil não-organizada (ações coletivas ou mobilizações de caráter espontâneo que não são produtos de uma organização formal); movimentos e organizações sociais (ações coletivas gerenciadas por entidades ou grupos organizados); legislação (leis, normas infralegais, decretos etc.); partidos políticos; Poder Executivo; Poder Legislativo; Poder Judiciário; políticas públicas e programas; personalidades políticas ou públicas (atores políticos ou personalidades públicas).
Abordagem teórica	Caracterização do subcampo de estudo ou área teórica-conceitual no qual o artigo está inserido: transparência e informação, epistemologia, participação política (formal), deliberação/conversação política; engajamento/ mobilização civil; inclusão/exclusão digital; cultura política e cidadania; estratégia política e eleitoral; <i>accountability</i> e representação; políticas públicas; teoria da Democracia Digital.
Tipo de método	Averiguar se no artigo prepondera uma abordagem metodológica do tipo “qualitativa”, “quantitativa” ou “quanti-qualitativa”.
Instrumento de coleta	Tipificação do(s) instrumento(s) de coleta de dados utilizado(s) na pesquisa. Tomou-se como base os instrumentos mais comuns utilizados no campo: entrevista em profundidade; etnografia/netnografia ou observação participante; grupo focal; navegação ou coleta manual. pesquisa documental; survey (sondagem de opinião); raspagem, API ou base de dados e revisão de literatura.
Instrumento de análise	Identificação do tipo de instrumento de análise utilizado. Tomou-se como base os instrumentos mais comuns utilizados no campo: análise de conteúdo; análise do discurso; análise de redes; bibliometria; índices ou indicadores de frequência; instrumento de análise indefinido.
Uso de estatística	Verificação se os artigos utilizam estatísticas mais complexas (do tipo inferencial) ou estatísticas de frequência.

Fonte: Elaboração própria.

Tais aspectos foram examinados por meio da leitura orientada de cada artigo. Embora a lista de publicações analisadas tenha partido da unificação de planilhas que serviram como base para duas pesquisas anteriores (SILVA, 2021a; SAMPAIO *et al.*, 2022), novos indicadores foram criados e reformulados, o que demandou nova coleta de dados. Na próxima seção, sintetizaremos os achados, descrevendo suas características gerais.

RESULTADOS: DESCRIÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro aspecto analisado diz respeito ao mapeamento das revistas que concentram maior volume de publicação. Sete revistas são responsáveis por 23,4% dos artigos empíricos: Revista de Sociologia e Política; Opinião Pública; Revista de Administração Pública; Revista Compolítica; Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico; Contemporânea; e Eptic. Um segundo grupo de revistas representa cerca de 12% do *corpus* analisado: Em Questão; Liinc em Revista; Organizações & Sociedade; Revista Brasileira de Ciência Política; Revista Debates; Revista Fronteiras; e Temática. Excetuando esses dois grupos, as demais publicações estão bastante fragmentadas. A **Tabela 1** indica os periódicos que apresentaram três ou mais publicações:

Tabela 1: Quantitativo de artigos publicados por periódico. N = 240

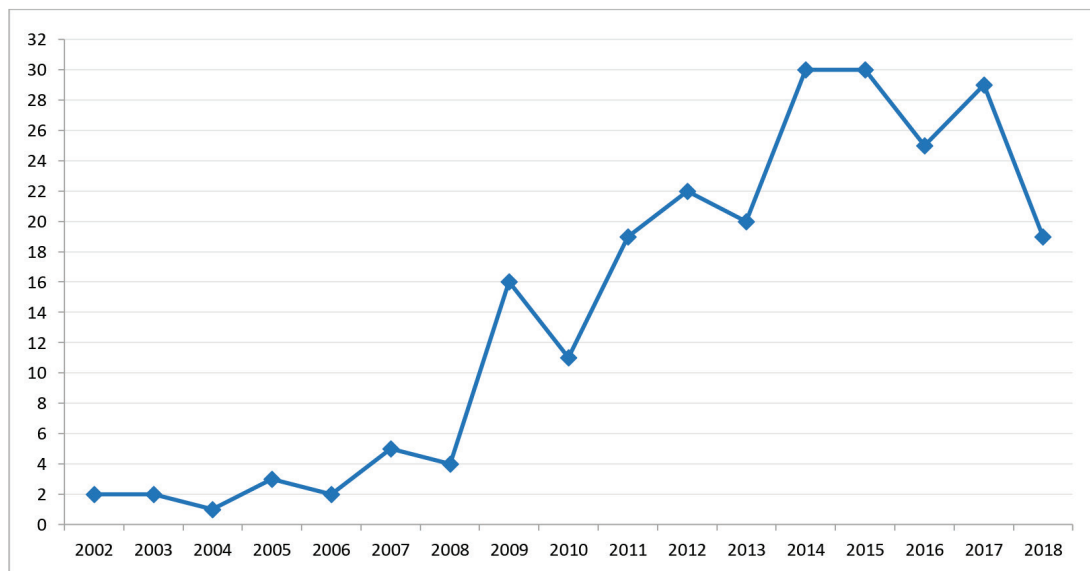
Nome do periódico	Quant.	%
Revista de Sociologia e Política	11	4,6
Opinião Pública	9	3,8
Revista de Administração Pública	9	3,8
Revista Compolítica	8	3,3
Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico	8	3,3
Contemporânea	6	2,5
Eptic	5	2,1
Em Questão	4	1,7
Liinc em Revista	4	1,7
Organizações & Sociedade	4	1,7
Revista Brasileira de Ciência Política	4	1,7
Revista Debates	4	1,7
Revista Fronteiras	4	1,7
Temática	4	1,7
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	3	1,3
Comunicação & Inovação	3	1,3
E-Legis	3	1,3
Intexto	3	1,3
Política e Sociedade	3	1,3
Revista Eletrônica de Ciência Política	3	1,3

Fonte: Elaboração própria.

Ao distribuímos o volume de artigos publicados na linha do tempo, encontramos uma cronologia ascendente, com dois picos relevantes: (a) em 2009, quando a quantidade

de artigos aumentou quase seis vezes em relação à média dos anos anteriores⁷; e (b) em 2014, quando o volume aumentou em 50% em relação ao ano anterior⁸ (Gráfico 1).

Gráfico 1: Volume de publicação dos artigos na linha do tempo (em números absolutos). N = 240



Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que o volume de publicações apresentou crescimento até o ano de 2015 e queda ao final do período, com maior acentuação no último ano analisado (de 29 artigos em 2017 para 19 em 2018). Apesar disso, não encontramos indícios de uma tendência de queda na publicação empírica do campo. Analisando essa hipótese, observamos, em dados paralelos, tendência de leve aumento no ano de 2019 (ano que não abarca o recorte deste estudo). Assim, considera-se que a queda reflete uma oscilação natural⁹ pois, embora a linha tenha característica ascendente, ela não é linear.

Os dados demonstram que a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) são as três instituições que mais tiveram autores(as) na liderança de pesquisas empíricas publicadas nesse campo, respectivamente com 12,5%, 12,1%, e 7,5% do *corpus*, isto é, considerados os vínculos institucionais dos(as) primeiros(as) autores(as). Outras, como Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal Fluminense (UFF) compõem um segundo grupo de instituições que detêm, cada uma, entre 2% a 5% dos trabalhos (Tabela 2). Tais resultados estão em consonância com outras pesquisas sobre o campo de DD no Brasil

(CURTINOVI; PARMEGGIANI, 2015; PRZEYBILOVICZ; CUNHA; COELHO, 2015; SANTOS; ALDÉ; SCHWAMBACH, 2016; VIANNA JUNIOR; ABREU; BATISTA, 2018; PINHO; SAMPAIO; WINKLER; MORAIS, 2019).

Tabela 2: Quantitativo de artigos publicados por instituição de vínculo dos(as) primeiros(as) autores(as). N = 240

Nome da Instituição	Quant.	%
UFPR	30	12,5
UFBa	29	12,1
UFMG	18	7,5
UnB	12	5,0
UFSC	9	3,8
Unesp	9	3,8
USP	8	3,3
UFSM	7	2,9
Ufma	6	2,5
UFC	5	2,1
UFF	5	2,1
FGV	4	1,7
PUC-SP	4	1,7
UFSCar	4	1,7

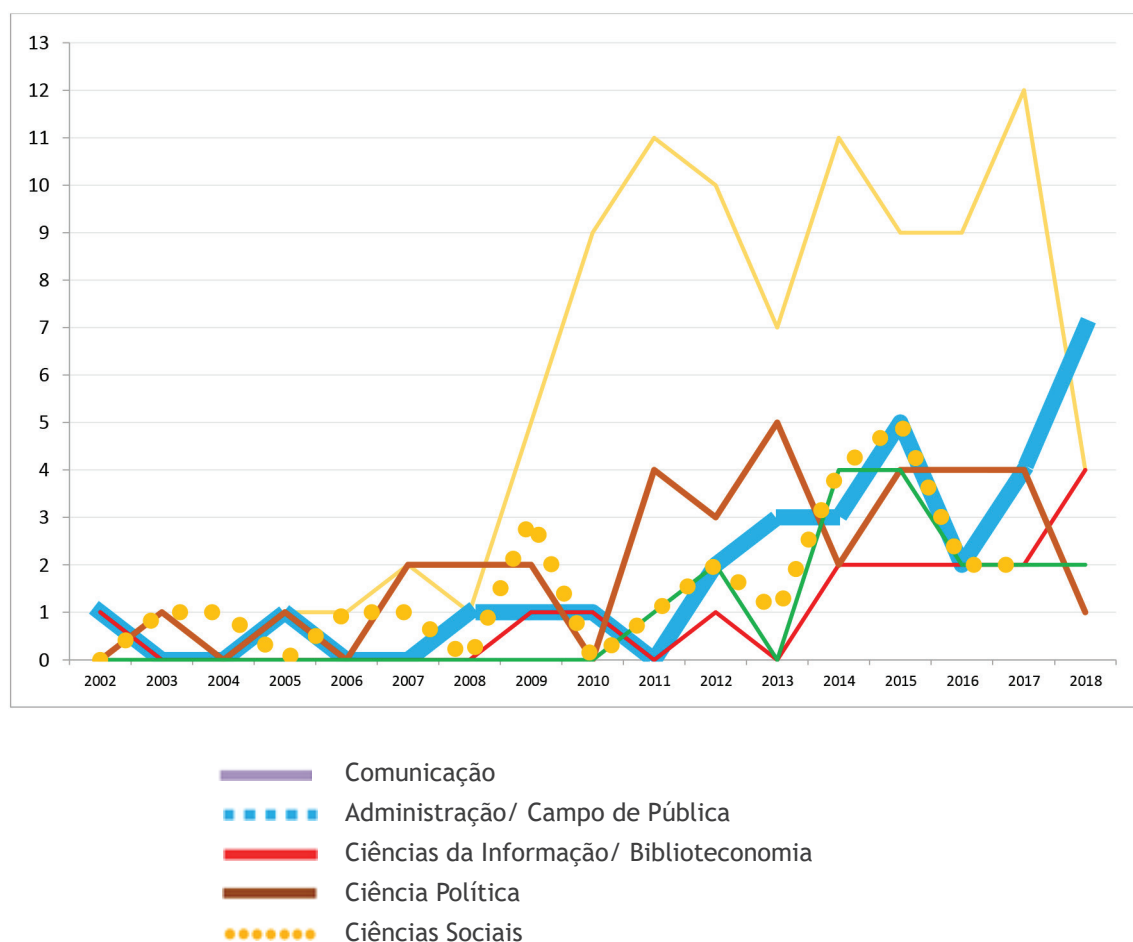
Fonte: Elaboração própria.

Em relação à predominância das três universidades no topo das que mais publicam, é possível apontar algumas características e hipóteses. As publicações de autores(as) vinculados(as) a essas três instituições tiveram momentos mais intensos numa sequência cronológica complementar. Num primeiro momento, a UFBa assume essa liderança entre 2010 e 2013, quando ocorrem maiores volumes de publicações. Embora com menos oscilação, a UFMG tem seu pico de publicação em 2014. Mais recentemente, entre 2015 e 2017, as publicações de autores vinculados à UFPR ocorrem mais intensamente. No caso da UFPR, o número de trabalhos encontrados se justifica pela atividade de um conjunto de grupos de pesquisas produzindo na área - Grupo de Pesquisa Atores, Instituições e Tecnologias Digitais (Gaist)¹⁰; Grupo de Pesquisa Comunicação Política e Democracia Digital (Compadd); Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa) e Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (Ponte). Já para a UFBa e a UFMG, a análise dos artigos demonstra que grupos de pesquisas como Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (Ceadd)¹¹, na UFBa, e Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), na UFMG, incorporam boa parte

dos(as) pesquisadores(as) que assinam as publicações (ambos os grupos estão inseridos na área de Comunicação Social).

Quanto à área de conhecimento, a Comunicação Social se firma como o segmento mais ativo na produção de pesquisas empíricas sobre DD: 38,3% dos primeiros autores(as) estão vinculados a essa área. A segunda área mais recorrente é a Ciência Política, com 14,6%. Respectivamente, na terceira e quarta posição, estão Administração/Campo de Públicas (com 12,9%) e Ciências Sociais (com 10%). Outras áreas que aparecem em percentual bem menor são Direito (7,1%), Ciência da Informação/Biblioteconomia (6,7%), Ciências da Computação (2,5%) e Relações Internacionais (0,8%)¹². No Gráfico 2 é possível visualizar a trajetória sob a linha do tempo das seis áreas mais recorrentes:

Gráfico 2: Volume de publicação por área de autor(a) principal entre 2002 e 2018. N = 240



Fonte: Elaboração própria.

Sobre essa evolução, convém destacar uma peculiaridade em relação à área do Direito. Ainda que tenha um percentual pequeno nesta pesquisa (cerca de 7% da amostra), o Direito praticamente inexistia ou aparecia com percentual ainda menor em estudos

anteriores (CURTINOVI; PARMEGGIANI, 2015; SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016). Isso pode ser um indicativo de que esta área está ganhando espaço nesse campo de estudo (SAMPAIO *et al.*, 2022).

Os dados demonstram que há uma preponderância de autores do gênero masculino: 57,9% dos(as) pesquisadores(as) que aparecem como primeiro(a) autor(a) são do gênero masculino, enquanto os 42,1% restantes são do gênero feminino. Tal preponderância tem sido mantida ao longo do tempo, com exceção de três anos em que o volume de pesquisadoras na primeira autoria é superior ao volume da autoria masculina (2011, 2013 e 2017). Podemos ainda observar esse indicador de modo mais detalhado ao cruzarmos as variáveis “gênero” e “principal área de atuação” do primeiro autor, conforme demonstra a **Tabela 3**.

Tabela 3: Distribuição de gêneros por áreas de conhecimento (em percentuais). N = 240

Área	Feminino	Masculino	N (parcial)
Administração/Campo de Públicas	19,4	80,6	31
Computação	83,3	16,7	6
Ciências da Informação	25	75	16
Ciência Política	28,6	71,4	35
Comunicação	46,7	53,3	92
Direito	52,9	47,1	17
Ciências Sociais	45,8	54,2	24

Fonte: Elaboração própria.

Os dados revelam que Administração/Campo de Públicas, Ciências da Informação e Ciência Política são as três áreas com maior predominância masculina, isto é, acima de 70% de homens como primeiro (a) autor(a). Já Comunicação, Ciências Sociais e Direito são as mais equilibradas em termos de gênero, sendo que nas duas primeiras há uma leve tendência para o masculino (em torno de 55%); em Direito, o gênero feminino é levemente superior (com cerca de 53%). A única área em que há clara preponderância feminina é em Ciências da Computação (cerca de 83%), porém, devemos ressaltar que o N, nesse caso, é baixo: apenas seis artigos, o que não nos dá segurança para afirmar que isso seja uma tendência real.

Quanto à autoria dos trabalhos, cerca de 73% dos artigos são produções que envolvem dois(duas) ou mais autores(as), e os artigos restantes são assinados individualmente. Esses números demonstram que há uma predominância de produções em coautoria nos estudos empíricos sobre DD no Brasil.

Ao separarmos apenas o grupo de artigos que são resultados de produções com dois(duas) ou mais autores(as), avaliamos, nesses casos, se há parceria interinstitucional e se a composição de autores(as) também reflete algum grau de interdisciplinaridade, ou seja, se os(as) autores(as) advêm de diferentes áreas (tomando como base o seu vínculo institucional, no primeiro plano, ou o seu último grau de formação, em segundo plano). Os resultados expõem que 63% dos artigos com um(a) ou mais autores(as) são frutos de parcerias entre colegas de uma mesma instituição, enquanto 37% se originam de parcerias entre pesquisadores de diferentes instituições.

Os números são similares quanto ao indicador de interdisciplinaridade: 62,4% dos artigos com um(a) ou mais autores(as) são assinados por pesquisadores(as) de uma mesma área de atuação, enquanto 37,6% dizem respeito a parcerias entre autores(as) de áreas distintas. Podemos também olhar esse indicador pela lente das áreas de conhecimento do(a) primeiro(a) autor(a), conforme demonstra a **Tabela 4**. Assim, artigos cujo(a) primeiro(a) autor(a) é do campo das Ciências Sociais ou da Ciência Política são aqueles que apontam maior tendência para interdisciplinaridade. Já Direito é a área com menor propensão nesse sentido, seguido por Comunicação e Ciências da Informação/ Biblioteconomia, que possuem o mesmo índice.

Tabela 4: Artigos classificados por área do(a)primeiro(a) autor(a) com ou sem parceria interdisciplinar. N = 173¹³

Área	SEM parceria interdisciplinar	COM parceria interdisciplinar	N (parcial) ¹⁴
Direito	84,6	15,4	N = 13
Comunicação Social	73,3	26,7	N = 60
Ciências da Informação/ Biblioteconomia	73,3	26,7	N = 15
Administração/Campo de Públicas	63,0	37,0	N = 27
Ciência Política	52,2	47,8	N = 23
Ciências Sociais	31,3	68,7	N = 16

Fonte: Elaboração própria.

Ao cruzarmos essas duas variáveis (parcerias interdisciplinares e parcerias interinstitucionais), separando apenas os artigos que apresentam parceria interinstitucional,

detectamos que 54% deles são caracterizados por relação interdisciplinar, enquanto, no restante (46%), os(as) autores(as) estão situados em uma mesma área de conhecimento (ainda que em instituições diferentes). Isso significa afirmar que cerca da metade das pesquisas interinstitucionais ocorre entre autores(as) de diferentes áreas. Esses dados indicam que as pesquisas empíricas sobre DD entre autores de diferentes instituições apresentam um grau relevante de interdisciplinaridade.

Em relação aos objetos dos estudos empíricos, abordamos duas dimensões de análise: (a) a natureza material; e (b) a natureza política. Quanto à natureza material, o tipo de objeto estudado foi categorizado em objetos “tecnológicos” e “não-tecnológicos”. Objetos tecnológicos são aqueles claramente concretizados em produtos, serviços ou sistemas tecnológicos (tais como fóruns *online*, *chats*, mídias sociais, *websites*, bases de dados abertos, entre outros). Objetos não-tecnológicos são aqueles que não se definem como artefato tecnológico, sendo caracterizados por elementos diversos: caráter textual, discursivo ou social (tais como documentos, material bibliográfico, agentes públicos, entes institucionais, grupos políticos, entre outros). Os dados demonstraram que 85,4% dos artigos tratam de objetos tecnológicos de modo direto (isto é, claramente delimitado) e 14,6% dos artigos têm foco em objetos não-tecnológicos (ou apenas tangencia objetos, sem tê-los claramente como principal objeto de estudo). A **Tabela 5** traz uma visualização específica dos tipos de objetos tecnológicos que mais são pautados nos artigos analisados (proporcional ao total do *corpus* e em valores absolutos).

Tabela 5: Objetos tecnológicos preponderantes nos artigos. N = 240

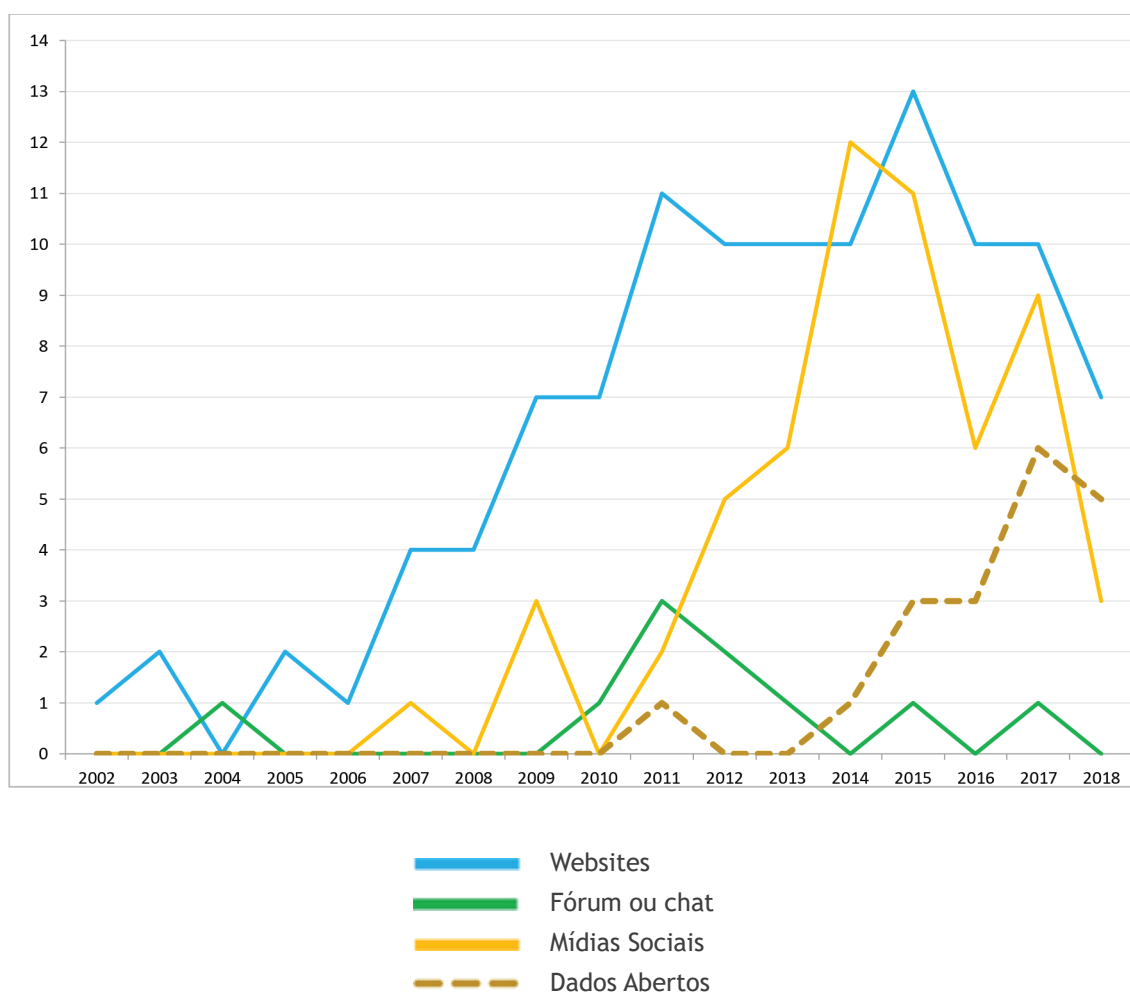
Tipo de objeto tecnológico	Quant.	% do corpus total
<i>Websites</i>	109	45,4%
Mídias Sociais	58	24,1%
Dados Abertos	19	7,9%
Fórum ou chats	10	4,1%
Outros	9	3,7%

Fonte: Elaboração própria.

Há uma clara preponderância da análise de *websites* como objeto tecnológico mais comum (45,4% de todos os artigos estudam *websites*). Em segundo lugar, estão as mídias sociais (representando 24,1% do total do *corpus*). Outros objetos tecnológicos, como dados abertos (incluindo portais de Dados Abertos e suas bases de dados) e fóruns/*chats* de discussão *online* aparecem na terceira e quarta posição, respectivamente, porém com percentual bastante inferior aos dos *websites* e mídias sociais.

No **Gráfico 3**, exploramos os mesmos dados em uma linha do tempo. O intuito foi verificar se a ocorrência de *websites* como objeto de estudo estava concentrada nos anos iniciais do recorte temporal, ou seja, se havia uma tendência de queda com o passar dos anos. Contudo, os dados demonstraram que o estudo de *websites* se manteve preponderante durante todo o tempo, sendo ultrapassado somente no ano de 2014 por “mídias sociais”, mas logo assumindo a liderança no ano seguinte:

Gráfico 3: Ocorrência de artigos por tipo de objetos tecnológicos na linha do tempo. N = 240



Fonte: Elaboração própria.

Especificamente dentro do grupo de artigos que têm como objeto as “mídias sociais”, a **Tabela 6** mostra que o Facebook aparece com destaque, concentrando quase metade estudos que tratam desse tipo de instrumento tecnológico. YouTube (17,2%) e o Twitter (13,8%) também aparecem com certa frequência, mas em menor proporção. A ênfase no Facebook acompanhou o destaque que tal rede social teve nos debates políticos brasileiros na última década.

Tabela 6: Plataformas mais estudadas no recorte das "mídias sociais"¹⁵. N = 58

Plataforma	Quant.	%
Facebook	28	48,3%
YouTube	10	17,2%
Twitter	8	13,8%
Blog	3	5,2%
Orkut	2	3,4%
Diversas/genericamente	10	17,2%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à natureza política dos objetos de estudo, a análise buscou compreender que tipos de fenômenos são focos de pesquisas. A **Tabela 7** traz uma síntese dessa distribuição. Iniciativas do Poder Executivo têm sido objeto de análise por quase de 1/3 dos estudos empíricos, cerca de 30% do total dos artigos analisados. Em segundo lugar, com pouco mais de 20%, estão as experiências da esfera civil não-organizada, ou seja, estudos que analisam como indivíduos ou grupos sociais lidam com ferramentas digitais nas práticas e nos processos democráticos. Políticas públicas/legislação, campanhas eleitorais e Poder Legislativo ocorrem, cada um, na faixa de 12 a 16% da amostra; movimentos sociais organizados ocorrem em quase 9%. Por outro lado, convém destacar que partidos políticos e Poder Judiciário, duas dimensões institucionais importantes em um sistema democrático, têm sido pouco estudados (abaixo de 3% do total artigos).

Tabela 7: Ocorrências de objetos políticos nos artigos¹⁶. N = 240

Objeto político	Quant.	%
Poder Executivo	72	30%
Esfera civil não-organizada	49	20,4%
Políticas públicas ou legislação	39	16,2%
Poder Legislativo	36	15%
Campanhas eleitorais	30	12,5%
Movimentos, organizações sociais e protestos	22	9,1%
Partidos Políticos	6	2,5%
Poder Judiciário	3	1,2%
Outros	3	1,2%

Fonte: Elaboração própria.

É possível observar esses dados por outro ângulo, separando os objetos políticos entre aqueles inseridos no âmbito operacional do Estado, que podemos chamar de

governamentais, daqueles inseridos no âmbito cotidiano da esfera civil, ou seja, não governamentais. Nesses termos, 55,4% dos artigos têm ênfase governamental, enquanto 41,7% abordam objetos não governamentais¹⁷. Embora haja aqui um razoável equilíbrio, estudos de objetos governamentais são maioria.

Ao cruzarmos os objetos tecnológicos com os objetos políticos, percebemos que as análises de *websites* ocorrem predominantemente com foco governamental: quase 70% dos artigos tratam de *websites* (especialmente do Poder Executivo, com 36,7%, e do Poder Legislativo, com 20%).

No caso das mídias sociais, o quadro é inverso. Ao separarmos apenas os artigos que têm como principal objeto tecnológico algum tipo de mídia social, cerca de 74% deles tratam de objetos políticos não governamentais. Nesses casos, o objeto político mais analisado em artigos sobre mídias sociais é a “esfera civil-não organizada” (com 34,9%), seguida por “campanhas eleitorais” (com 22,4%) e “movimentos, organizações sociais e protestos” (com 13,8%).

Esses objetos, seja em sua dimensão tecnológica, seja política, são analisados a partir de vertentes ou abordagens teóricas frequentes no campo que formam, hoje, uma estrutura de subáreas temáticas. Como detalha a **Tabela 8**, os estudos com ênfase em três abordagens teóricas se colocam como os mais frequentes: participação política formal (25,4%), transparência e informação (20,4%), e deliberação/conversação política (15,4%) são as abordagens mais recorrentes, representando, juntas, cerca de 60% dos artigos.

Tabela 8: Abordagens teóricas mais frequentes nos artigos. N = 240

Abordagens teóricas	%
Participação política (formal)	25,4
Transparência e Informação	20,4
Deliberação/ conversação política	15,4
Engajamento/ mobilização civil	9,6
Estratégia política e eleitoral	7,9
<i>Accountability</i> e representação	6,3
Teoria da Democracia Digital	5,8
Inclusão/ exclusão digital	3,3
Cultura política e cidadania	3,3
Epistemologia	1,3
Políticas Públicas	1,3

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados convergem com o estudo de Gomes (2016) que, analisando a literatura internacional sobre democracia digital entre 1996 a 2015, demonstrou que entre os temas mais presentes estão justamente participação (22%), deliberação (22%) e transparência (12%). No trabalho do autor, a subárea da Teoria da Democracia Digital aparece com um volume maior (32%) devido às características de uma amostra que avaliou todos os tipos de pesquisa, incluindo os artigos teóricos, o que justifica esse percentual. Essa convergência aponta que a prevalência dessas temáticas é uma tendência comum no campo como um todo, e não apenas uma característica da pesquisa no Brasil.

Por outro lado, é necessário destacar que a distribuição de focos de pesquisa por áreas de conhecimento não é homogênea. Algumas áreas priorizam determinados temas. Se tomarmos como base o campo de atuação do(a) primeiro(a) autor(a), classificando o artigo nesses termos, temos um detalhamento do tipo de abordagem teórica que é mais frequente em relação às áreas (Tabela 9).

Tabela 9: Abordagem teórica predominante por área do(a) primeiro(a) autor(a). N = 240

	Comunicação	Ciência Política	Administração e Campo de Públicas	Ciências Sociais	Direito	Ciências da Informação
Transparência e informação	9,8	8,6	41,9	16,7	29,4	43,8
Epistemologia	-	2,9	6,5	-	-	-
Participação política (formal)	31,5	22,9	29,0	25,0	23,5	12,5
Deliberação/conversação política	29,3	11,4	-	12,5	5,9	-
Engajamento/mobilização civil	8,7	8,6	3,2	20,8	11,8	6,3
Inclusão/exclusão digital	1,1	2,9	6,5	4,2	5,9	-
Cultura política e cidadania	3,3	5,7	-	-	11,8	6,3
Estratégia política e eleitoral	7,6	17,1	-	12,5	-	12,5
Accountability e representação	2,2	14,3	6,5	4,2	5,9	12,5
Políticas públicas	-	2,9	6,5	-	-	-
Teoria da Democracia Digital	6,5	2,9	-	4,2	5,9	6,3
	N = 92	N = 35	N = 31	N = 24	N = 17	N = 16

Fonte: Elaboração própria.

Podemos perceber que artigos cujo(a) primeiro(a) autor(a) é da área de Comunicação tendem a adotar principalmente dois tipos de abordagens teóricas com mais frequência: “participação política” e “deliberação/conversação política”. No caso de artigos

com primeiro(a) autor(a) da área de Ciência Política, as abordagens mais utilizadas são “participação política” e “estratégia política e eleitoral”. Em Ciência da Informação há uma clara ênfase em “transparência e informação”. Em Administração/Campo de Públicas e Direito prevalecem “participação política” e “transparência e informação”. Já nas pesquisas dos(a) autores(as) das áreas de Ciências Sociais há predomínio das abordagens sobre “participação política” e “engajamento/mobilização civil”.

Um outro indicador analisado foi o tipo de instrumento de coleta de dados que os artigos utilizaram em suas pesquisas. Na **Tabela 10** há uma síntese desse indicador, no qual “navegação ou coleta manual”¹⁸ é o modo mais recorrente, presente em 56,7% dos artigos, seguido por “pesquisa documental” (10,8%) e revisão de literatura (10%). Tais dados evidenciam que os artigos empíricos brasileiros sobre DD pouco utilizam instrumentos de coletas de dados mais complexos do ponto de vista metodológico (como *softwares*, *surveys*, entrevistas, entre outros), preferindo formas mais simples. Por ser uma área em que a tecnologia está no centro das preocupações teóricas, a expectativa seria encontrar percentuais maiores de instrumentos e métodos digitais.

Tabela 10: Principais¹⁹ instrumentos de coleta de dados utilizados nos artigos. N = 240

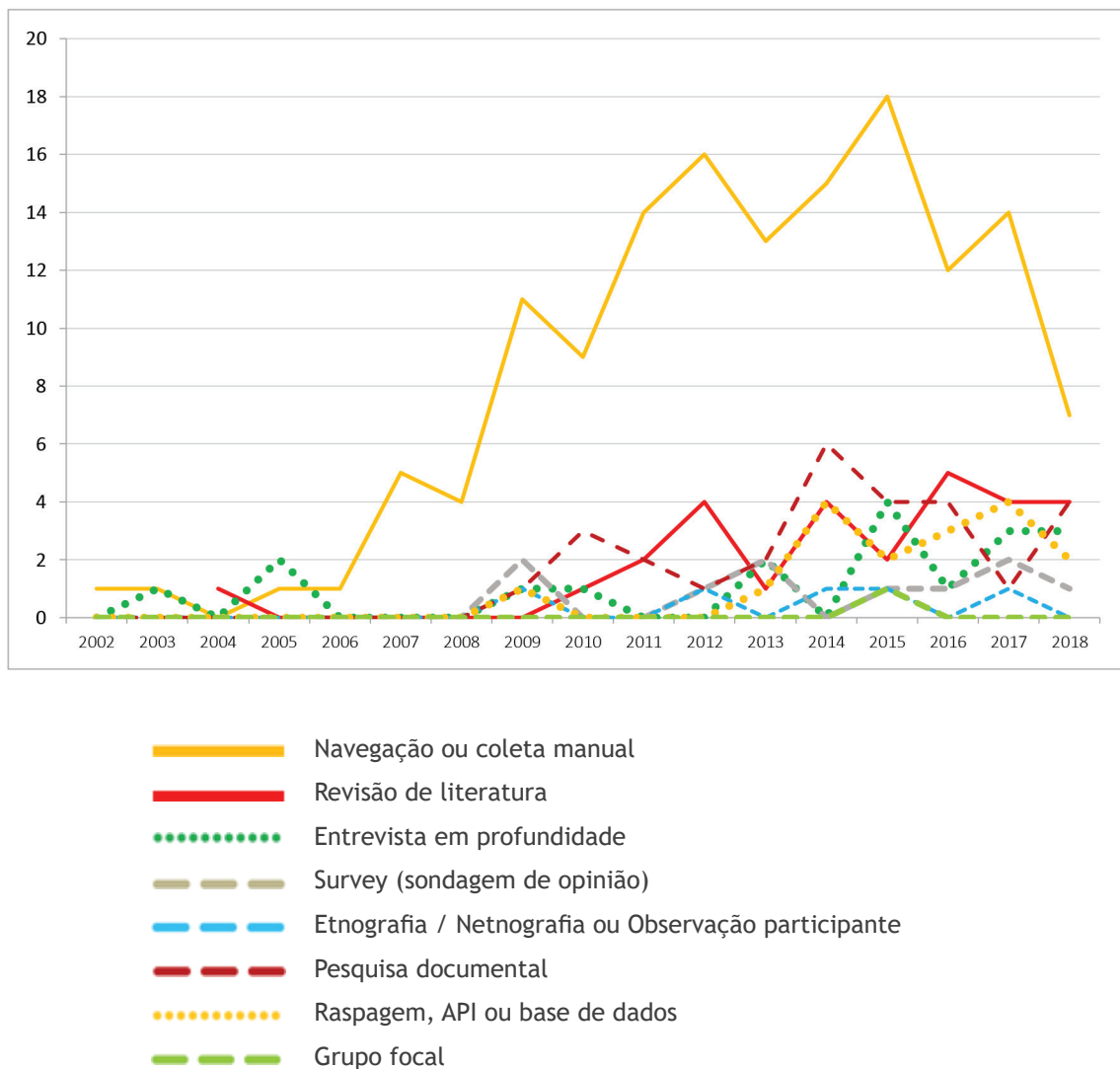
Instrumentos de coleta	Quant.	%
Navegação ou coleta manual	136	56,7
Pesquisa documental	26	10,8
Revisão de literatura	24	10,0
Entrevista em profundidade	15	6,3
Raspagem, API ou base de dados	13	5,4
Survey (sondagem de opinião)	10	4,2
Sem instrumento de coleta identificado	5	2,1
Etnografia/ Netnografia ou observação participante	5	2,1
Grupo Focal	1	0,4
Outros	5	2,1

Fonte: Elaboração própria.

Como hipótese, era esperado que a ênfase em metodologias mais simples teria, ao longo do tempo, diminuído em relação ao uso de abordagens metodológicas mais complexas. Tal pressuposto estaria em linha com a ideia de um campo de estudos em crescimento, diferenciação e evolução. Porém, isso não foi confirmado. A categoria de “navegação

ou coleta manual” representou a maior parte dos instrumentos de coletas presentes nos artigos empíricos nacionais, em todos os anos analisados (Gráfico 4). Superar essas limitações parece ser um dos principais desafios na consolidação desse campo de estudos no Brasil.

Gráfico 4: Ocorrência de artigos por instrumento de coleta na linha do tempo. N = 240



Fonte: Elaboração própria.

Detectou-se uma clara relação entre o tipo de instrumento de coleta mais recorrente (navegação ou coleta manual) e o tipo de objeto tecnológico (*websites*) preponderante. Cerca de 61% dos artigos que usam navegação manual como instrumento de coleta tem como objeto tecnológico os *websites*. Em segundo lugar estão as mídias sociais, com quase 26%. Ao separarmos somente os objetos tecnológicos do tipo *website*, cerca de 76% utilizam coleta manual. Dito de outra forma, a análise de *websites* é predominantemente coletada via navegação manual e, como o volume de artigos que se dedicam

a estudar tais ferramentas tecnológicas é substancial, isso impacta diretamente na predominância de instrumentos de coleta via navegação manual. Ao mesmo tempo, o fato de que 26% dos artigos que usam navegação manual se referirem a estudos que tratam das mídias sociais também contribui para a preponderância desse instrumento de coleta. Especificamente, cerca de 60% da coleta de mídias sociais é realizada por navegação manual e apenas 15,5% por meio de raspagem, API, *software* ou base de dados. Ou seja, mesmo nesse foco de análise, que geralmente lança mão do uso de API para captar dados de modo mais dinâmico e automatizado, a coleta ainda é preponderantemente manual.

Por fim, também analisamos os tipos de instrumentos de análise mais presentes nos artigos. A **Tabela 11** traz os resultados desse indicador:

Tabela 11: Instrumentos de análise principais utilizados nos artigos. N = 240

Instrumentos de análise	Quant.	%
Análise de conteúdo	158	65,8
Instrumento de análise indefinido	35	14,6
Índices indicadores ou estatísticas	32	13,3
Análise do discurso	6	2,5
Análise de redes	2	,8
Outros	7	2,9

Fonte: Elaboração própria.

Podemos observar nos dados que a “análise de conteúdo” é o instrumento mais presente nos artigos (65,8% da amostra). Tal resultado vai ao encontro daquele apresentado por Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016), no qual 47,7% das pesquisas empíricas de internet e política faziam uso desse método. Numa segunda posição, mas bem abaixo desse percentual, estão “índices, indicadores ou estatística” (14,6%). Tais dados, assim como aqueles sobre instrumento de coleta, deixam evidente o descompasso entre os instrumentos utilizados nas análises, a própria área de estudos (DD) e a categoria de artigos (explicitamente empíricos). Não se questiona aqui a relevância das análises de conteúdo, mas sim a ausência de uma diversidade metodológica que seria esperada pela própria natureza do campo.

Na mesma linha que aponta a fragilidade metodológica dos estudos, é útil ressaltar que 14,6% não trazem uma clara definição de instrumento ou utilizam diversos métodos de

análise simultaneamente, sem uma delimitação visível de abordagens analíticas específicas. Também devemos atentar para a congruência de fatores como predominância de *websites* como objeto tecnológico mais presente. A ocorrência de navegação manual como modo mais expressivo de coleta de dados, somando-se à análise de conteúdo como instrumento de análise mais frequente, nos leva a concluir que as pesquisas ainda estão bastante voltadas para a plataforma tecnológica em si (o *site*, a rede social ou o aplicativo) e não para o *background*, ou seja, as causas (burocracia, política pública, dimensões socioculturais etc.) ou os efeitos concretos (no público, nos cidadãos, nas instituições) desses fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo realizou um mapeamento e um diagnóstico da pesquisa empírica sobre Democracia Digital com base na análise de um conjunto representativo de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas brasileiras indexadas. Trata-se, sem dúvida, de um dos campos mais proeminentes e importantes dos estudos sobre Democracia, pois envolve práticas e concepções que estão configurando o modo de funcionamento de sistemas políticos contemporâneos. Se inicialmente os estudos nesse campo eram predominantemente ensaísticos, hoje esse quadro mudou, e a pesquisa lida com uma gama crescente de fenômenos, objetos, métodos de análise e instrumentos de coleta de dados que estão em plena expansão.

Entre os principais achados, demonstramos que o número de estudos empíricos sobre DD no Brasil cresceu de forma relevante entre 2002 e 2018. Ainda que os artigos estejam difundidos por uma miríade de periódicos, apenas sete revistas concentraram 1/5 dos artigos empíricos publicados no período. Quanto aos(as) pesquisadores(as) envolvidos(as), existe predominância do gênero masculino entre os primeiros autores dos artigos, embora existam diferenças a depender da área de atuação do(a) pesquisador(a), e quase 3/4 dos trabalhos são frutos de colaboração entre dois(duas) ou mais autores(as), mostrando um caráter predominantemente coletivo nos artigos publicados.

Em relação aos objetos de estudo, mais de 60% dos artigos abordam majoritariamente três temas: “participação política formal” (25,4%); “transparência e informação” (20,4%); e “deliberação/conversação política” (15,4%). Os *websites* são, de forma significativa, os objetos tecnológicos mais estudados, com as análises de mídias sociais ocupam o segundo posto, porém com pouco mais da metade das ocorrências em relação ao primeiro.

A respeito da metodologia empregada nos artigos, identifica-se uma tendência - mantida ao longo dos anos - da predominância de estudos que utilizam instrumentos de coleta e de análise pouco complexos. Essa predominância deve ser considerada indesejável, sobretudo por se tratar de um campo em que o tecnológico ocupa papel central. No recorte temporal desta pesquisa, demonstrou-se que os artigos empíricos brasileiros pouco utilizam instrumentos de coleta de dados como *softwares*, *surveys* e entrevistas.

Por fim, os resultados demonstram que 62,9% dos artigos se baseiam principal ou exclusivamente na técnica de análise de conteúdo, o que evidencia uma forte concentração de apenas um tipo de abordagem analítica, focada apenas na avaliação de interações digitais ou no instrumento digital em si (e.g. *websites*). Em outras palavras, evidenciamos que há lacunas em termos de diversidade de abordagens tanto quantitativa (análises estatísticas) quanto qualitativas, notadamente no que tange às técnicas de coleta de entrevista e grupo focal. Há também problemas de preponderância quanto ao tipo de instrumento de análise utilizado: cerca de 13% dos estudos não trazem uma clara definição de instrumento ou abordagens analíticas utilizados, o que podemos avaliar como uma fragilidade metodológica da área.

Há alguns motivos razoáveis para esperarmos mais dos estudiosos de Democracia Digital, um campo que abrange diferentes especialidades e é por natureza multidisciplinar, mas que, ao que tudo indica, investe pouco na qualificação de suas técnicas de extração, tratamento e análise de dados, independentemente de se pautar em abordagens quantitativa ou qualitativa. Atualmente, o desenvolvimento tecnológico propiciado pelas ferramentas computacionais torna possível e necessária a produção de mecanismos de extração de dados muito mais refinados e precisos. As técnicas de raspagem por linguagem de programação e mesmo soluções de *software* para fazer essas coletas evoluíram tremendamente nos últimos dez anos. É necessário que o esforço para a sua compreensão evolua também.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Maria Paula; CARREIRO, Rodrigo; BARROS, Samuel Rocha; GOMES, Wilson da Silva. Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. *MATRIZES*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 161-181, 2019.

ALMADA, Maria Paula; AMORIM, Paula Karini; PINHO, Maria Dominguez C.; SILVA, Claudia Regina de Sousa e. A transparência do Executivo Federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 169-199, 2022.

CHAGAS, Viktor *et al.* The “new age” of political participation? WhatsApp and call to action on the Brazilian senate’s consultations on the e-cidadania portal. **Journal of Information Technology & Politics**, Washington, DC, v. 19, n. 3, p. 253-268, 2022.

COLEMAN, Stephen; BRUMLER, Jay G. **The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CURTINOVI, Jéfferson; PARMEGGIANI, Brenda. Investigações sobre democracia digital no Brasil: um mapeamento da produção acadêmica até 2013. **Revista Comunicando**, Lisboa, v. 4, p. 99-116, 2015.

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 75, p. 639-658, 2015.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (org.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-76.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

PINHO, Jose Antonio Gomes; SAMPAIO, Rafael Cardoso; WINKLER, Ingrid; MORAIS, Kátia. Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 1-31, 2019.

POGREBINSCHI, Thamy. **Thirty years of democratic innovations in Latin America**. Berlin: WZB Berlin Social Science Center, 2021.

PRZEYBILOVICZ, Erico; CUNHA, Maria Alexandra; COELHO, Taiane Ritta. O desenvolvimento dos estudos sobre governo eletrônico no Brasil: um estudo bibliométrico e sociométrico. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 1-24, 2015.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 285-320, 2016.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 37, p. 1-38, 2022.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; ALDÉ, Alessandra; SCHWAMBACH, Ana Cristina Fernandes.

Panorama das teses e dissertações brasileiras envolvendo Internet e Política de 1995 a 2014. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., Caxambu, 2016. *Anais [...]*. Caxambu: Anpocs, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3bFJyUC>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SILVA, Sivaldo Pereira da; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai. Concepções, debates e desafios da democracia digital. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (org.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. p. 17-38.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Democracia digital e pesquisa empírica no Brasil: metodologias, instrumentos e abordagens do campo. **Texto para Discussão (IPEA)**, Brasília, v. 2629, 2021a.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Características e tendências da pesquisa empírica em democracia digital no Brasil: métodos, instrumentos e abordagens. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 25, v. 1, p. 11-22, 2021b.

VIANNA JUNIOR, Antonio João de Oliveira; ABREU, Júlio César Andrade de; BATISTA, Weslei Jardim. Democracia digital e participação cidadã: uma análise bibliométrica. **Organizações e Democracia**, Marília, v. 19, n. 2, p. 49-62, 2018.

NOTAS

- 1 Parte desta pesquisa foi financiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), principalmente em seu estágio de desenvolvimento. Já o processo de finalização desta publicação ocorreu durante o período de licença de pós-doutorado do prof. Sivaldo Pereira da Silva como prof. visitante na Technische Universität Dortmund (2021-2022), com bolsa de professor visitante sênior no edital CAPES/PROBRAL nº 14/2019.
- 2 Devido a limitações técnicas, a lista de artigos analisados não pôde ser anexada como apêndice no momento da publicação deste artigo no site da revista. Ela pode ser obtida, porém, por meio de solicitação para o e-mail sivaldop@unb.br.
- 3 Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- 4 No caso da busca nessa plataforma, como o Google Scholar tende a ser mais generalista, optou-se por utilizar um grupo maior de palavras-chave, escolhendo aquelas mais utilizadas pelo campo da DD: “e-democracia”, “democracia digital”, “democracia eletrônica”, “democracia virtual”, “democracia online”, “democracia AND novas mídias”, “democracia AND tecnologia”, “ciberdemocracia”, “teledemocracia”, “democracia AND Internet”, “e-participação”, “participação AND tecnologia”, “participação AND Internet”, “participação AND digital”, “participação AND virtual”, “participação AND TICs”, “participação AND novas mídias”, “participação AND online”, “participação política online”, “participação política digital”, “participação política virtual” “edeliberação”, “Deliberação AND Internet”, “Deliberação AND digital”, “Deliberação virtual”, “Deliberação online”, “Esfera Pública & Internet”, “Esfera Pública & digital”, “Esfera Pública virtual”, “Esfera Pública online”, “etranparência”, “transparência digital”, “transparência AND novas mídias”, “transparência online”, “transparência AND internet”, “Transparência AND tecnologia”, “Transparência AND TICs”, “transparência AND websites” e “Transparência AND portais”. Este processo foi revisado com o acréscimo de outras palavras-chave detectadas nos artigos iniciais. Foram acrescentadas: “governo aberto”, “Dados abertos governamentais”, “parlamento aberto”, “parlamento digital”, “webcidadania”, “exclusão digital”, “governo aberto”, “dados

abertos governamentais”, “parlamento aberto”, “parlamento digital”, “webcidadania”, “Esfera Pública & Internet”, “Esfera Pública & digital”, “Esfera Pública virtual”, “Esfera Pública online”, “governança eletrônica”, “governança digital”, “governança da internet”, “governança algorítmica”, “regulação algorítmica” e “tecnopolítica”.

- 5 Entendemos, no entanto, que isso seja pouco impactante em termos de representatividade estatística da amostra.
- 6 Por questões de espaço, apresentamos as categorias aqui de forma resumida. Para mais detalhes, ver Silva (2021a); Sampaio et al. (2022).
- 7 A média aritmética de artigos publicados entre 2002 e 2008 foi de 2,7 artigos por ano. Em 2009 o volume subiu para 16 artigos.
- 8 Em 2013 a amostra aponta 20 artigos publicados. Em 2014 esse volume subiu para 30 artigos.
- 9 Alternativamente, como hipótese para futuras pesquisas, observa-se que alguns estudos evidenciam um recuo no número de iniciativas de democracia digital (ALMADA; CARREIRO; BARROS; GOMES, 2019) e inovações democráticas digitais (POGREBINSCHI, 2021) no Brasil e na América Latina. Esse recuo poderia ajudar a explicar a queda de produção de estudos empíricos na área.
- 10 A produção de autores vinculados a esse grupo representa cerca da metade das publicações da UFPR.
- 11 O Ceadd é o atual Centro, que abarcou e substituiu o antigo grupo de pesquisa criado no início da década de 2000 denominado Comunicação, Internet e Democracia.
- 12 Em números absolutos: Comunicação Social, 104; Ciência Política, 42, Administração e Campo de Públicas, 33; Ciências sociais, 27; Direito, 17; Ciência da Informação/Biblioteconomia, 16; Ciências da Computação, 6; Relações Internacionais, 3; Outros (que engloba diversas áreas de modo mais fragmentado), 19.
- 13 Referente apenas aos artigos publicados com dois ou mais autores.
- 14 No caso dessa tabela, o N parcial significa que os cálculos aqui levam em conta apenas o conjunto de artigos que foram publicados com dois ou mais autores (ou seja, não entram os artigos publicados individualmente).
- 15 Em relação a esse indicador, dois esclarecimentos importantes. Primeiro, o percentual diz respeito à ocorrência do objeto no conjunto de artigos que têm mídias sociais como objeto de estudo (N = 58), levando em conta que um mesmo artigo pode tratar de mais de uma mídia social explicitamente. Por isso, a soma dos valores absolutos é maior que a quantidade de artigos que trabalham com redes sociais. Segundo, a categoria “diversas/genericamente” diz respeito a artigos que tratam de diversas mídias sociais em uma delimitação de qual(is) mídia(s) social(is) é seu objeto específico. Nessa categoria também estão inclusos artigos que tratam de mídias sociais em abordagens empíricas mais genéricas, sem se delimitarem a um tipo específico.
- 16 A soma dos valores absolutos é maior que o N (240) e a soma dos percentuais é maior que 100% devido ao fato de que um mesmo artigo pode tratar de mais de um objeto político ao mesmo tempo.
- 17 Completando a lista, temos ainda os artigos que tratam de objetos mistos, isto é, governamental e não-governamental ao mesmo tempo (1,7%); e ainda outros objetos (1,2%), ou seja, que não se enquadram nessas duas macrocategorias (como estudos bibliométricos, por exemplo).
- 18 Coleta manual é entendida aqui como a busca de informações mediante navegação na internet e acesso a *websites*, redes sociais e outras plataformas sem o uso de instrumentos tecnológicos de pesquisa.
- 19 Embora artigos possam ter mais de um instrumento de coleta de dados em paralelo, para este indicador optamos por levar em conta apenas o principal instrumento, isto é, o instrumento responsável pela coleta dos dados mais centrais da pesquisa.

Artigo recebido em: 22 de fevereiro de 2022.

Artigo aceito em: 30 de junho de 2022.